

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Journal do Brasil Class.: 330
 Data 11 de novembro de 1987 Pg.: _____

Affonso Romano de Sant'Anna

Perplexidades de um índio

HÁ quatro anos, no dia 25 de novembro de 1983, lá no Mato Grosso, assassinaram o líder guarani Marçal de Sousa, cujo nome de raça era Tupá-I, o Pequeno Deus. Ele era aquele índio que fez um discurso que assombrou o Papa em Manaus, em 1980. Mas até hoje as razões de sua morte são nebulosas, e eu começo essa crônica assim para que alguém vá mexer nesse problema, porque, na verdade, meu assunto aqui é outro.

Acabo de receber uma comovente e inteligente carta de um outro índio — Marcos Terena. E alguns de seus trechos me fizeram pensar sobre questões que parecem invisíveis aos olhos do branco. Num certo trecho ele diz: "Ao compreender a metodologia de vida do homem branco, os nossos velhos anteviam, que para melhor se defenderem e numa esperança de sobreviverem, tinham que levar os mais novos a se instrumentalizarem na escola do branco para, no mínimo, aprenderem a ler e a escrever. Alguns desses indígenas mais novos procuraram e conseguiram dominar o costume do branco e nas interpretações das leis criadas para o povo índio, repassaram essas informações nas línguas próprias de suas etnias. Estava assim se formando um novo tipo de liderança — os especialistas em brancos, que se tornavam incômodos para os exploradores do povo".

Importante isto. Os índios criaram os "especialistas em branco" — os "branquistas", em resposta aos "indianistas", criados pelos brancos. E é uma estranha sensação essa do branco de se tornar objeto de estudo, onde estava habituado ser o sujeito. Talvez o olhar do índio o ajude a se colocar no seu devido lugar, a ver estranhamente que o branco é também "o outro".

Um dos problemas do colonizador é não enxergar "o outro". É assim que não apenas a Inglaterra de ontem olhava a Índia e é assim que até agora os Estados Unidos olham a América Latina e a Rússia até Gorbatchev (será que vai mudar?) olhava seus países periféricos. Mas os poloneses e os nicaraguenses têm uma visão diferente, assim como os índios têm uma outra visão de Brasil, que não coincide com a dos madeireiros e certos políticos em Brasília.

Neste sentido, há uma distinção gravíssima no Decreto 94946 de 23.9.87, assinado por Sarney, assim como há também um vício de colonizador na bem-intencionada proposta de Bernardo Cabral para a nova Constituição, em relação aos índios. O decreto de Sarney (expressando o pragmatismo branco) difere "área indígena" de "colônia indígena". A primeira é "ocupada ou habitada por silvícolas não aculturados ou em incipiente processo de aculturação" e a segunda é "ocupada ou habitada por índios aculturados ou em adiantado processo de aculturação". Mas, sobre isto (coisa de branco), diz um índio (Marcos Terena): "O governo, tal como no Cruzado I, quando quis acabar com a inflação, quer definir o que é índio e não índio, através de um decreto. Talvez houvesse uma sugestão alternativa de esperança, ou seja, esperar a Assembleia Nacional Constituinte, mas a proposta cabralina diz, em síntese, que o índio que tiver identidade, falar o português ou tiver algum emprego não será considerado como índio."

Que loucura, meus irmãos caras-pálidas! O índio deixa de ser índio porque fala português, tem carteira de identidade e tem emprego? Então os brasileiros que estão nos Estados Unidos trabalhando, falando em inglês e

ganhando não são mais brasileiros. E começo a duvidar se são brasileiros os funcionários da IBM e Citibank que, no Brasil, falam inglês, trabalham para uma multinacional e recebem instruções da matriz.

Acompanhem o raciocínio de Marcos Terena: "Outros povos não brasileiros, como o japonês, o italiano ou o alemão, podem ter suas comunidades, com suas línguas e tradições, e ao mesmo tempo participar do processo social do país. O índio não pode ser xavante, ser carajá, ser yanomami e ao mesmo tempo ser brasileiro. Parece que, em algumas cabeças, estas etnias indígenas são efêmeras. E eu lhe pergunto por quê? Por que não podemos ter nossas terras devidamente marcadas e ali construirmos nossa autodeterminação? E ali mantermos nossas línguas, tradições e costumes? Parece que a visão daqueles que se especializaram em nós é a de que nosso futuro é o de sermos um não-índio. Será que os índios que saíram em busca desses ensinamentos e saber do branco, para melhor defender seu povo, deixaram de ser índios? Um decreto pode definir isto, mas talvez, até mesmo por uma questão diplomática, devêssemos deixar que isto fosse feito por cada uma das 180 nações indígenas existentes. Acredito que o melhor argumento, pelo menos teoricamente, é dizermos num último apelo: **Posso ser o que você é, sem deixar de ser quem sou!** Caso essas leis, feitas por quem ignora o que é ser caiapó, macuxi ou caingangue, prevaleçam, a nós só nos restará realizarmos entre nós os indígenas o pacto da sobrevivência ... ou o pacto da morte."

Pergunta final: Não estamos tratando os 220 mil índios de 180 nações da mesma maneira que Washington e Moscou nos trata a todos?